

A “OBJETIVIDADE” DO JORNALISMO EM PORTUGAL, E A DEGRADAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS À POPULAÇÃO QUE É URGENTE INVERTER

Nas últimas semanas os portugueses têm assistido a um espetáculo que merece uma reflexão séria. Jornalistas e comentadores, que perdem a objetividade e o bom senso, e procurando condicionar o PS e a opinião pública, destilam um discurso agressivo contra aquilo que designam por “*esquerda radical*”, e mesmo um anticomunismo primário e serôdio, que se pensava que já tinha desaparecido do país. Um presidente da República que, perdendo o sentido de Estado e à velha maneira de Salazar, divide os portugueses em bons e maus portugueses e decide que os representantes destes últimos não têm o direito de estar no governo e, se pudesse, substituiria a velha declaração salazarista que era obrigatória para ingressar no Estado - “*ativo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas*” - por uma outra com os seguintes dizeres: “*ativo repúdio das ideias contrárias ao euro, ao Tratado Orçamental, à União Europeia, e aos mercados*”.

A Constituição da República é substituída por aquilo que chamam “*boas práticas democráticas*”, ou por “*quem ganha deve governar*” mesmo que não tenha a maioria na Assembleia da República, sendo os mesmos que consideram que a eleição do presidente da Assembleia da República pela maioria dos deputados é “*um movimento de meia dúzia de pessoas, que na sua sobrevivência política tentam impor-se à própria democracia*”.

Tudo isto, e mesmo mais, se ouviu e é veiculado maciçamente, sem contraditório, por comentadores e jornalistas (felizmente não todos) que dominam os principais órgãos de informação procurando assim condicionar os portugueses. Se não tivesse outro objetivo, pelo menos teria a vantagem de mostrar a “objetividade” e a “credibilidade” do jornalismo dominante em Portugal, e a verdadeira face dos que se ocultam sob uma frágil capa democrática, que estala quando sentem que podem perder o poder ou temem perder as graças do poder. Tudo isto merece uma reflexão atenta por parte dos portugueses.

Neste contexto é essencial recordar o que aconteceu nestes últimos 4 anos, até para que a gigantesca operação de manipulação e de branqueamento do passado recente, que está em curso, não tenha êxito. Para isso, vamos analisar o que sucedeu numa área vital para vida e bem-estar dos portugueses, que é a prestação dos serviços públicos.

CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL FEITA PELO PSD/CDS À CUSTA DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA, E DA DEGRADAÇÃO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS

Toda a gente sabe que não existem serviços públicos de qualidade (saúde, educação, segurança social, etc.) sem trabalhadores qualificados devidamente remunerados e motivados. O quadro 1, com dados divulgados pelo Conselho das Finanças Públicas, uma entidade oficial, mostra que a consolidação orçamental violenta imposta ao país pela “*troika*” e pelo PSD/CDS, tem sido feita à custa de cortes brutais nos rendimentos dos trabalhadores da Função Pública e no investimento público.

Quadro 1 – Conta das Administrações Públicas – 2010/2015

RÚBRICAS	2010	2011	2012	2013	OE/2015 -		Variação-M€	Variação %	DESPESA EM % PIB	
	Milhões €	Milhões €	Milhões €	Milhões €	2014	2015			2010	2015
DESPESA TOTAL	88.414	86.889	81.637	85.035	84.424	85.630	-2.784	-3,1%	49,1%	47,4%
Consumo intermédio	10.625	10.633	9.466	9.802	10.146	10.509	-116	-1,1%	5,9%	5,8%
Despesas com pessoal	24.611	22.614	19.974	21.230	19.971	19.681	-4.930	-20,0%	13,7%	10,9%
Prestações sociais	33.452	33.325	33.034	34.728	33.841	34.709	1.257	3,8%	18,6%	19,2%
Subsídios	1.295	1.131	1.018	987	1.401	975	-320	-24,7%	0,7%	0,5%
Outras despesas correntes	4.541	5.039	4.720	5.096	5.283	5.850	1.309	28,8%	2,5%	3,2%
Despesas de capital	8.622	6.543	5.071	4.660	4.996	5.019	-3.603	-41,8%	4,8%	2,8%
FBCF (investimento público)	7.296	5.677	4.271	3.686	4.296	4.373	-2.923	-40,1%	4,1%	2,4%
Juros	5.268	7.604	8.353	8.530	8.787	8.886	3.618	68,7%	2,9%	4,9%

FONTE: Análise do projeto do Orçamento do Estado para 2015 - Conselho de Finanças Públicas

Entre 2010 e 2015, o corte na despesa pública total, em valores nominais, portanto antes de deduzir o efeito do aumento de preços, atinge 2.784 milhões €, mas o corte nas despesas com pessoal somou, no mesmo período, 4.930 milhões €, ou seja, foi superior ao corte na despesa total em 77%. E a redução no investimento público, essencial para se poder prestar serviços públicos de qualidade e para promover a recuperação económica, pois o investimento privado tem sido incapaz de o fazer, atingiu 40,1%, ou seja, o de 2015 será inferior ao de 2010, em 2.923 milhões. Isto significa que os cortes

nos rendimentos dos trabalhadores da Função Pública e no investimento público, têm sido feitos, não só para reduzir o défice orçamental, que tem sido muito aquém do corte feito naquelas despesas, mas sim para fazer face ao aumento de outro tipo de despesas.

Uma das despesas financiadas com cortes nos rendimentos dos trabalhadores da Função Pública e no investimento público é precisamente o aumento significativo da despesa com o pagamento de juros aos “credores”, que atinge, em 2015, cerca de 8.886 milhões €, ou seja, mais 68,7% (3.618 milhões €) do que o pago em 2010. Portanto, a “Troika” e PSD/CDS trouxeram mais dívida a pagar (*entre Dez.2010 e Dez.2014, a dívida pública aumentou de 200.049 milhões € para 281.592 milhões €, e continuou a crescer em 2015, atingindo em Agosto deste ano 284.695 milhões €, segundo o Banco de Portugal*) e também mais juros a pagar.

A REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DO PODER DE COMPRA DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA QUE É URGENTE INVERTER

Aquela redução significativa nas despesas com pessoal, teve como consequência inevitável uma baixa brutal no poder de compra das remunerações dos trabalhadores da Função Pública e, consequentemente, no seu nível de vida como mostra o quadro 2.

Quadro 2 – Redução significativa no poder de compra dos trabalhadores da Função Pública

RÚBRICAS	2010		2015		VARIAÇÃO 2010-15	
GANHO MÉDIO ILÍQUIDO NOMINAL		1.659,3 €		1.610,7 €	Valor	Em %
DEDUÇÕES	Taxas		Taxas			
Para a CGA	11%	182,5 €	11%	177,2 €		
Para a ADSE	1,5%	24,9 €	3,5%	56,4 €		
De IRS	14,5%	240,6 €	17,2%	277,0 €		
De sobretaxa de IRS		0,0 €		20,0 €		
SOMA DEDUÇÕES		448,0 €		530,6 €	82,6 €	18,4%
GANHO MÉDIO LÍQUIDO NOMINAL		1.211,3 €		1.080,1 €	-131,2 €	-10,8%
GANHO LÍQUIDO REAL (deduzida inflação - a preços de 2010)		1.211,3 €		1.004,8 €	-206,5 €	-17,0%
GANHO MÉDIO LÍQUIDO REAL/HORA (Para um horário semanal de 35 horas em 2010 e 40 horas em 2015)		8,0 €		5,8 €	-2,2 €	-27,5%

E as conclusões que se tiram são as seguintes: (1) O ganho médio mensal líquido de 2015, após a dedução das contribuições para a CGA e ADSE, e do IRS e sobretaxa de IRS é inferior ao de 2010 em 10,8%; (2) Se deduzirmos o efeito do aumento de preços verificado neste período, o poder de compra do ganho médio líquido dos trabalhadores da Função Pública em 2015 é inferior, ao de 2010, já em 17%; (3) Mas se entramos em conta com o aumento do horário semanal de trabalho de 35 horas para 40 horas, sem qualquer compensação (trabalho gratuito) imposto aos trabalhadores da Função Pública pelo PSD/CDS, constatamos que o ganho médio real por hora (valor/hora) nas Administrações Públicas é, em 2015, inferior ao de 2010 em 27,5%. É uma situação inaceitável que necessita de ser rapidamente corrigida.

Um outro aspeto preocupante que se está a verificar na Função Pública é também a política de baixos salários, à semelhança daquilo que os patrões estão a tentar impor no setor privado. De acordo com as Estatísticas de Emprego Público, referentes ao 2º Trimestre de 2015, divulgadas pela DGAEP do Ministério das Finanças, com a reposição de 20% do corte de remunerações em 2015, entre Dezembro de 2014 e Janeiro de 2015, o ganho médio dos trabalhadores da Função Pública aumentou de 1.604€ para 1.615€, ou seja, em apenas mais 11€. No entanto, segundo a DGAEP, em Abril de 2015 o ganho médio tinha descido para 1611€, ou seja, 4€ já se tinham perdido (36,4% do 11€). Parece existir uma clara tendência de baixa de salários também na Administração Pública. Eis também uma consequência da governação PSD/CDS, que a coligação quer continuar e consolidar, “exigindo” a aceitação de um seu governo, e considerando normal que, mesmo minoritários, têm o direito dado pela tradição de governarem o país e continuarem com a sua política de cortes nas remunerações e nos trabalhadores, como se mostra seguidamente, até levar ao colapso os serviços essenciais à população, abrindo-os assim ao negócio privado (só passariam a ter acesso a eles os que os pudessem pagar).

REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DOS TRABALHADORES COM O PSD/CDS E OS EFEITOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS À POPULAÇÃO

O quadro 3, com dados do 2º Trim.2015, do DGAEP do Ministério das Finanças, mostra as consequências dramáticas da política do PSD/CDS de redução do emprego público

Quadro 3- Redução do número de trabalhadores das Administrações Públicas

CARGO / CARREIRA / GRUPO	TRABALHADORES		VARIAÇÃO	
	31-dez-11	30-jun2015	Trabalhadores	Em %
TOTAL	727.294	654.600	-72.694	-10,0%
Dirigente superior:	1.896	1.592	-304	-16,0%
Dirigente intermédio:	10.989	9.259	-1.730	-15,7%
Técnico Superior	57.919	56.194	-1.725	-3,0%
Assistente técnico/administrativo	97.906	85.561	-12.345	-12,6%
Assist. operacional/operário/auxiliar	173.429	150.812	-22.617	-13,0%
Informático	5.186	4.881	-305	-5,9%
Magistrado	3.805	3.905	100	2,6%
Diplomata	372	346	-26	-7,0%
Pessoal de Investigação Científica	1.816	1.401	-415	-22,9%
Docente Ensino Universitário	13.997	13.773	-224	-1,6%
Docente Ensino Superior Politécnico	9.694	8.878	-816	-8,4%
Educ. Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	151.147	128.634	-22.513	-14,9%
Pessoal de Inspeção	1.755	1.572	-183	-10,4%
Médico	25.057	27.232	2.175	8,7%
Enfermeiro	42.769	41.138	-1.631	-3,8%
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	8.935	8.519	-416	-4,7%
Técnico Superior de Saúde	1.914	1.887	-27	-1,4%
Administração Tributária e Aduaneira	9.926	9.509	-417	-4,2%
Oficial de Justiça	8.095	7.278	-817	-10,1%
Polícia Judiciária	2.318	2.231	-87	-3,8%
Polícia de Segurança Pública	21.934	20.986	-948	-4,3%
Guarda Nacional Republicana	22.899	22.374	-525	-2,3%
Serviço Estrangeiros Fronteiras	756	740	-16	-2,1%
Guarda Prisional	4.312	4.095	-217	-5,0%
Bombeiro	2.264	2.028	-236	-10,4%

FONTE: Estatísticas do Emprego Público - 2º Trim. 2015- DGAEP - Ministério Finanças

Entre 31.12.2011 e 30.6.2015, o número de trabalhadores foi reduzido em 72.694 (-10%), Mas existem categorias profissionais em que o corte foi muito superior, nomeadamente dirigentes (-16%); assistentes técnicos e operacionais (-13%); pessoal de investigação científica (-22,9%); e educadores de infância e docentes do ensino básico e secundário (-14,9%). Categorias profissionais fundamentais para o funcionamento de todos os serviços e para o desenvolvimento do país, como são as dos assistentes técnicos e operacionais, e professores, sofreram cortes que somam 58.515, ou seja, 80,5% do corte total. O aumento de 8,7% dos médicos é ilusório pois oculta o facto de se ter verificado a substituição de muitos médicos com horários completos por médicos que fazem apenas poucas horas semanais, o que determina que também nesta categoria se verificou uma redução real. Categorias profissionais, onde o número de trabalhadores já era insuficiente – enfermeiros, técnicos de diagnósticos e terapêutica, técnicos superiores, pessoal de investigação científica, pessoal de inspeção, oficiais de justiça, guardas prisionais – sofreram também cortes.

Esta redução significativa do número de trabalhadores (*menos 72.694 em 3,5 anos*), a maioria deles em serviços muito importantes para a população e para o desenvolvimento do país, associada ao aumento brutal do trabalho sem qualquer compensação (*cerca de 140 milhões de horas de trabalho gratuito por ano, o que significa uma perda de rendimento pelos trabalhadores estimada em 818 milhões € de rendimento anual*), consequência do aumento do horário semanal de trabalho de 35 horas para 40 horas, agravou enormemente as condições de trabalho e degradou profundamente a qualidade dos serviços públicos prestados sentida já pela população, levando muitos serviços públicos a uma situação de pré-colapso. É urgente inverter a situação criada pela política da “troika” e do governo PSD/CDS.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt – 24.10.2015